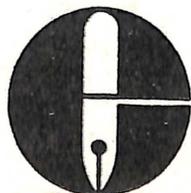


**MEU FILHO
ALEXANDRE VANNUCCHI**

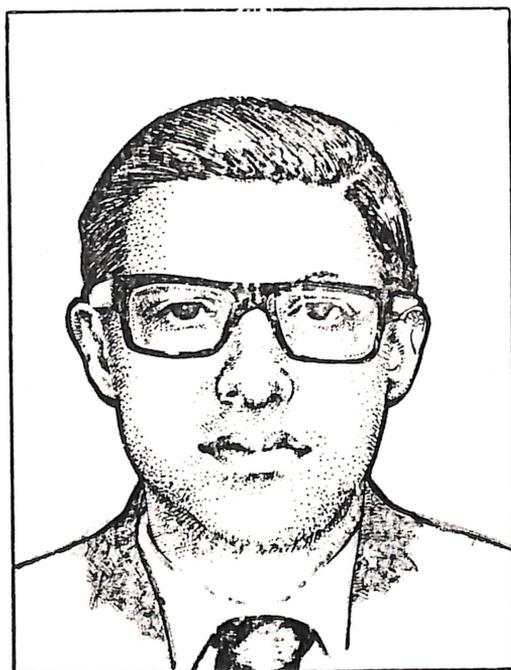
DEPOIMENTO DE EGLE E JOSÉ VANNUCCHI

A

TEODOMIRO BRAGA E PAULO BARBOSA



ediçoes



ALEXANDRE VANNUCCHI LEME

(5/10/1950 - 19/3/1973)

A morte de Alexandre Vannucchi

"E CALARAM TUA VOZ
COMPANHEIRO.
É DE QUE FORMA HORRÍVEL
O FIZERAM"

(DE UMA POESIA EM HOMENAGEM A ALEXANDRE VANNUCCHI)

Cinco anos depois, está sendo reaberto o caso da morte de Alexandre Vannucchi, o líder estudantil morto de maneira trágica em 1973 e hoje permanentemente lembrado pelos estudantes por ser o nome do DCE da maior universidade do país (USP). O advogado da família, Mário Simas (que também é membro da Comissão Justiça e Paz de São Paulo), anuncia a apresentação de "novos elementos" que desmentem a versão apresentada pela polícia em 1973, segundo a qual Alexandre Vannucchi teria sido morto por atropelamento, ao tentar fugir da polícia. Esses "novos elementos", segundo Mário Simas, são os depoimentos de cinco pessoas que estavam presas nas dependências da OBAN (hoje DOI-CODI), naquela época, e ouviram os gritos de Vannucchi sendo torturado durante toda a noite do dia 16 de março, e no dia seguinte viram o seu cadáver sendo arrastado e o pátio da carceragem ser limpo do sangue que cobria o chão e marcava o rastro deixado pelo corpo.

Na verdade, esses "novos elementos" anunciados pelo advogado da família Vannucchi não são novos. Essas cinco pessoas que testemunharam a morte de Alexandre apresentaram seus depoimentos naquele mesmo ano de 1973, ao serem ouvidos na Primeira Auditoria da 2a. Circunscrição Judiciária Militar no processo em que estavam envolvidos. Este processo, de número 868, está tramitando atualmente no Superior Tribunal Militar em Brasília e o seu relator é o ministro Gualter Godinho.

Estes depoimentos também não são a única prova que contesta a versão da polícia a respeito da morte de Alexandre Vannucchi. Existem muitas outras provas e, como estes cinco depoimentos, são todas provas antigas, que não puderam chegar ao conhecimento da opinião pública devido à mesma censura que impediu a divulgação da versão não-oficial sobre a morte de Alexandre Vannucchi.

Passados cinco anos da morte de Alexandre, sua mãe Dona Egle Vannucchi Leme, 54 anos, sempre de cabeça erguida, voz firme e determinada, diz que continua a ser a mesma dona de casa. Os olhos sempre tristes, porém, denunciam o inconformismo permanente pela morte de seu filho. "A rotina continua a mesma, mas é claro que intimamente a gente tem que viver essa dor que procura silenciar, para não fazer alarde", confessa dona Egle, que continua morando com o marido e os outros filhos em Sorocaba, interior de São Paulo, onde a família Vannucchi é bastante conhecida devido à sua atuação religiosa: três irmãs de dona Egle são missionárias de Jesus Crucificado e um irmão é sacerdote, além de outros membros da família que também são eclesásticos.

O velho José de Oliveira Leme, atualmente com 57 anos, cabelos completamente esbranquiçados, também custou a aceitar o desaparecimento do filho. Professor aposentado desde 1971, depois da morte de Alexandre comprou um sítio e transformou-se "em lavrador", como faz questão de

dizer. "Foi a única forma que achei para motivar a vida. Vivo diariamente o problema, porque o Alexandre está presente nesta casa, em tudo. Mas eu não posso estar exteriorizando isto senão vou traumatizar o resto dos filhos. Então tenho de simular. Porém todos sentem, cada um procura esconder de sua maneira, todos procuram não estravar, senão ninguém consegue viver", diz seu José, completando dona Egle: "Nós so brevivemos a este golpe e procuramos continuar vivendo com força, coragem, até o dia em que nós esperamos conseguir que a verdade seja to da revelada".

De fato, como diz seu José, Alexandre Vannucchi está presente em tudo na casa. As suas coleções de livros continuam no mesmo lugar nas estantes, as suas revistas e pastas onde arquivava recortes de jornal (guardava principalmente os suplementos literários e os artigos da seção "atualidades científicas" publicados no O Estado de S. Paulo) estão guardadas, assim como os boletins de escola, os seus jogos, a sua coleção de moedas, a coleção de pedras, o arquivo de vultos históricos que fez quando pequeno e até mesmo pequeninas coisas de que ele gostava. Alexandre também está presente através de duas fotografias em molduras. A mesa de pingue-pongue que seu José lhe deu de presente, também continua no mesmo lugar, no cômodo dos fundos: os vasos e roupas em cima, a pintura descascada e a madeira empenada mostram que há muito tempo ninguém joga.

"Se a gente já era consciente, a morte de Alexandre nos despertou mais ainda", diz dona Egle, mostrando que, apesar de tudo, a morte de Alexandre não os abateu. E, pela primeira vez depois de todo esse tempo, dona Egle e o Sr. José Leme estão dispostos a recorrer a outros meios que não à Justiça para esclarecer publicamente a verdade sobre a morte de Alexandre Vannucchi. Confessando-se decepcionados com a Justiça, que arquivou o processo em que pediam investigações sobre as circunstâncias da morte de Alexandre, eles animaram-se a recommençar a luta para reabrir o caso, devido ao levantamento parcial da censura à imprensa. No dia 28 de março eles compareceram ao Ato Público realizado pelos estudantes de São Paulo na Faculdade de Medicina, por ocasião do "Dia Nacional de Luta" realizado em todo o país e que este ano foi dedicado à memória dos estudantes Edson Luís e Alexandre Vannucchi e todas as outras vítimas da repressão política. Os dois concordaram em dar entrevista à imprensa antes da solenidade; em seguida, durante o Ato Público, dona Egle aceitou falar aos estudantes e, no dia seguinte, o advoga Mário Simas anunciava à imprensa sua disposição de reabrir o caso, diante da apresentação de novos elementos que surgiram no processo.

A MORTE DE ALEXANDRE

Alexandre Vannucchi Leme, aluno do quarto ano de geologia na USP e representante dos estudantes na Congregação do Instituto de Geociências, foi visto pela última vez no dia 15 de março de 1973, último dia em que assistiu aulas na universidade. No dia 22, os órgãos de segurança distribuíam nota à imprensa anunciando o falecimento do "terrorista" Alexandre Vannucchi, morto atropelado por um caminhão ao tentar fugir,

quando era conduzido por agentes da segurança para encontro com um companheiro da Ação Libertadora Nacional. Segundo a nota, o fato tinha ocorrido no dia 22 porque informações que teriam sido prestadas por Alexandre tinham possibilitado as prisões, naquele período, de outros estudantes e integrantes da ALN. Mais adiante, explicava como tinha acontecido a morte de Alexandre: "Preso pelos órgãos de segurança, no último sábado, foi conduzido para a Rua Bresser, esquina da Av. Celso Garcia, por volta das 11 horas, onde tinha um "ponto" com outro indivíduo. Depois de alguns instantes no local, tentou a fuga, quando foi atropelado pelo caminhão de chapa NT-6903, dirigido pelo Sr. João Cascov. Em virtude dos ferimentos recebidos (fratura da base do crânio), veio a falecer a caminho do hospital". Finalizando, a matéria, sempre baseada na nota oficial distribuída pela polícia, citava algumas ações terroristas que Alexandre Vannucchi teria participado, como assaltos a empresas, roubo de máquinas impressoras e de escrever da USP, roubos de veículos; ele teria até cooperado no levantamento de recursos para o assassinato do comerciante português Manoel Henrique de Oliveira.

Partiu de Sorocaba a primeira voz de protesto contra as circunstâncias da morte de Alexandre Vannucchi: um comunicado do bispo da cidade, dom José Melhado Gomes, acusando a polícia de ter torturado e matado Alexandre "barbaramente". Indagava o bispo no comunicado: "Por que a família não foi avisada do 'atropelamento'?" (O grifo e as aspas são do comunicado) "Por que a família só veio a saber do ocorrido através dos jornais? Documentos de identificação a polícia os tinha, pois publicou filiação correta e retrato recente de Alexandre". E completava: "Não me compete desmentir as acusações de terrorista e assaltante que a polícia atribuiu ao jovem. Deus o sabe. Mas é líquido e certo que, torturando e matando a vítima, essas autoridades policiais eliminaram barbaramente quem poderia, num processo legal, defender-se e, se for o caso, reconhecer os seus atos e responder por eles". O comunicado de dom Melhado foi lido no dia seguinte, domingo, nas missas celebradas em Sorocaba e algumas cidades vizinhas. Neste mesmo dia saiu publicado no "Diário de Sorocaba" e posteriormente no "O São Paulo", órgão da Arquidiocese de São Paulo, e em muitos outros semanários e boletins católicos.

Na segunda-feira, dia 25, o Conselho de Presbíteros da Arquidiocese de Sorocaba reunia-se extraordinariamente para examinar o caso e, no final, divulgou um comunicado oficial endossando as denúncias de dom Melhado. No mesmo dia, mais de três dezenas de centros acadêmicos (18 da USP, 3 da PUC de São Paulo e 6 da PUC do Rio, além de outros de unidades da USP no interior), reunidos em conselho, lançavam um comunicado conjunto sobre a morte de Alexandre e declaravam-se em luto. Por outro lado, professores e alunos do curso de Geologia recusavam-se a reiniciar as atividades escolares até o esclarecimento dos fatos, constituindo-se na Escola uma comissão de professores e alunos para investigar as circunstâncias da morte de Alexandre e demonstrar sua inocência em relação aos atos terroristas que lhe eram imputados. Além de assinar o comunicado conjunto, o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, divulgava uma nota onde, além de protestar contra a arbitrariedade da prisão de Alexandre, feita sem observância a qualquer requisito legal, lançava mais argumentos que mostravam a incoerência da versão da polícia. Entre outras, dizia a nota que seria impos-

sível que Alexandre tivesse participado do roubo de mimeógrafos a que alude a nota oficial da polícia pois na ocasião ele estava preso ao leito, em virtude de operação de apendicite.

No dia seguinte, pressionado pelos estudantes e professores, o reitor da USP, Miguel Reale, enviava ofício ao Secretário de Segurança solicitando explicações sobre a morte de Alexandre. O caso continuou crescendo: no dia seguinte era o Conselho de Presbíteros da Arquidiocese de São Paulo que se reunia extraordinariamente. Presidido pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, o Conselho decidiu tomar posição idêntica à da Igreja de Sorocaba, enviando solidariedade à família Vannucchi, decidindo também elaborar um memorial ao Ministro da Educação, ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República pedindo providências para o respeito aos direitos humanos no Brasil.

No dia 29, sete dias depois da revelação da morte de Alexandre Vannucchi, a Catedral de Sorocaba celebrou missa em sua memória. Em seu sermão, o bispo dom Melhado leu, entre outras coisas, vários itens da Declaração dos Direitos Humanos e o direito à justa imagem. Nesse mesmo dia, missas de Réquiem a Alexandre foram celebradas em muitas outras cidades de São Paulo e do país.

O ponto culminante das manifestações pela morte de Alexandre, porém, foi a missa celebrada na Catedral de São Paulo no dia 30. A missa foi marcada para as seis e meia da tarde, mas às quatro o centro de São Paulo já estava tomado por dezenas de veículos policiais, tropas de choque e equipes especializadas em dissolver manifestações de massa. A Cidade Universitária da USP foi bloqueada pela polícia, mas mesmo assim, às seis e meia, sob uma chuva fina, os estudantes começaram a subir as escadas da Catedral. Em poucos minutos, três mil gargantas entoavam a canção de Vandrê: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer/ Os amores na mente, as flores no chão/ A certeza na frente, a história na mão/ Caminhando e cantando e seguindo a canção/ Aprendendo e ensinando uma nova lição".

A missa foi celebrada pelo bispo de Sorocaba e mais 15 padres. Dom Arns fez a pregação, falando em seu sermão sobre o sentido da grandeza da vida. Concluiu indagando: "A voz do sangue do teu irmão clama da terra por mim? Se a vida é dom de Deus, a dignidade é a lembrança mais visível do homem na terra. Os homens podem estar nus, mas têm dignidade".

No dia 31 de março, "tendo em vista a agitação reinante no meio estudantil", a polícia voltava a se manifestar através de comunicado assinado pelo Secretário de Segurança de São Paulo, general Sérvulo Mota Lima. No comunicado, que respondia ao ofício enviado pelo reitor da USP, o Secretário de Segurança repetiu a versão anteriormente apresentada pela polícia sobre a morte de Vannucchi, trazendo como dado apenas a explicação de que "na documentação encontrada com Vannucchi não continha seu endereço e nem as investigações realizadas levaram à residência do mesmo" e, por isso, "após o prazo de 24 horas, decorridas a contar de sua morte, não tendo sido o corpo reclamado, foi enterrado".

Nenhuma das manifestações ocorridas após a morte de Alexandre Vannucchi pôde ser publicada na imprensa. Apenas um jornal noticiou a missa realizada na Catedral de São Paulo (o semanário "OPINIÃO", já então sob censura prévia). A nota do Secretário de Segurança, porém, foi

publicada na íntegra em todos os grandes jornais.

Sem qualquer divulgação pela imprensa, no começo de abril, a família Vannucchi Leme iniciou a luta na Justiça, tentando um processo legal de exumação do corpo de Alexandre (que fora sepultado como indigente no Cemitério de Perus, arredores de São Paulo), necrópsia do cadáver, trasladação e apuração de responsabilidades pela sua morte. A opinião pública continuava desconhecendo as manifestações a respeito da morte de Alexandre Vannucchi: no dia 16 de abril, o então deputado Lysâneas Maciel discursou na Câmara dos Deputados sobre o caso, mas o seu pronunciamento, intitulado "Um assassinato Político", não pôde ser publicado pelos jornais e nem divulgado na televisão e no rádio.

No dia 2 de junho, apesar de todas as dificuldades, a família Vannucchi Leme conseguia uma contundente prova contra a versão da polícia. A seguinte declaração, assinada pelo médico que tratou de Alexandre Vannucchi quando ele estava cuidando de apendicite, dr. Cássio Rosa, que era assistente da Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina de Sorocaba: "Declaro que no dia 25 de janeiro examinei o jovem Alexandre Vannucchi Leme, que apresentava um Iquadro de apendicite aguda. No dia 26 de Janeiro de 1973, ele foi operado. Voltou ao consultório por várias vezes no decorrer do mês de fevereiro". A declaração foi registrada no dia 2 de junho de 1973 no Cartório do 2º Ofício da Justiça de Sorocaba. Algumas das ações terroristas que a polícia imputou a Alexandre Vannucchi teriam sido praticadas justamente na época em que ele estava operando ou convalescendo da operação de apendicite.

No dia 18 de junho, nova prova desmentindo a versão da polícia de que Alexandre Vannucchi teria sido morto atropelado ao tentar fugir dos policiais que o conduziam: os depoimentos na Primeira Auditoria da 2a. Circunscrição Judiciária Militar dos cinco presos que, na época em que Alexandre Vannucchi foi preso também encontravam-se nas dependências da OBAN e testemunharam a sua morte naquele órgão. Diz um dos depoimentos: "(...) também presenciei muitas pessoas sendo torturadas (...) o caso mais grave se deu com um jovem de nome Alexandre Vannucchi. Durante dois ou três dias, ouvindo os seus gritos, e por fim, na tardezinha do dia 19 de março, salvo engano, vi o seu cadáver ser retirado da cela forte, espalhando sangue por todo o pátio da carceragem e depois ouvi comentários dos carcereiros que falavam em suicídio, para justificar o que, foi feita uma revista em todas as celas".

Mais tarde, em 1975, a morte de Alexandre Vannucchi foi novamente relatada em outro documento, desta vez assinado por 35 presos do Presídido de Presos Políticos de São Paulo, onde revelavam o testemunho pessoal de mortes em consequência de tortura que presenciaram. Depois de relatar com detalhes a tortura e a morte de Alexandre Vannucchi nas dependências da OBAN, concluiu o documento: "Dias depois, os torturados exibiam a esses presos políticos um jornal que noticiava a morte de Alexandre, 'atropelado por um caminhão' no bairro do Brás, durante um suposto encontro com companheiros. O torturador Gaeta ('Mangabeira') disse: 'Nós damos a versão que queremos'. Este documento dos presos do Presídido Político de São Paulo foi encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil. A esta altura, porém, o processo em que a família de Alexandre Vannucchi impetrou na justiça já havia sido arquivado.

MEU FILHO ALEXANDRE VANNUCCHI

"HÁ CINCO ANOS AGUARDAMOS A OPORTUNIDADE PARA FALAR A VERDADE SOBRE A MORTE DE ALEXANDRE". DEPOIMENTO DE DONA EGLE MARIA VANNUCCHI LEME E JOSÉ DE OLIVEIRA LEME, PAIS DE ALEXANDRE VANNUCHI

Dona Egie Vanucchi - Esta oportunidade que se nos apresenta, não que remos e nem podemos desprezar.

Há cinco anos aguardamos a oportunidade para falar sobre a verdade da morte de Alexandre.

Nosso filho não era um terrorista. De formação humana e cristã, com consciência bem formada, não poderia sê-lo.

Durante esses longos cinco anos, com tristeza e revolta, lemos nos jornais, muitas vezes, pronunciamentos mentirosos e difamatórios, de autoridades como o coronel Erasmo Dias, a respeito da pessoa de Alexandre.

Censurada a imprensa, só a versão oficial a respeito da sua morte podia ser publicada. Àqueles que ainda crêem nela, por ingenuidade, ignorância ou alienação, bradamos bem alto: MENTIRA!

Nosso filho Alexandre Vanucchi Leme, universitário de 22 anos, da Faculdade de Geologia da USP, morreu torturado nas dependências dos órgãos de repressão, a OBAN, hoje DOI-CODI, situado à Rua Tutóia, em São Paulo.

Não era um condutor de massas, não era um agitador. Inteligência viva, consciência crítica, nacionalista, não se conformava com a atual política brasileira. As ações que lhe foram atribuídas, pelos órgãos de repressão, por ocasião do seu assassinato, não as poderia ter executado, pois convalescia de recente operação, em nossa casa, fato que foi documentado pelo cirurgião que o operou.

Podemos provar com o depoimento de cinco testemunhas presentes na OBAN que Alexandre morreu torturado — e não atropelado ao tentar fugir, segundo o comunicado oficial divulgado pelos jornais.

Agora, levantada parcialmente a censura à imprensa — essa mesma imprensa que pressionada faltou à verdade —, por dever, por justiça, essa imprensa precisa restituir ao nosso filho sua verdadeira imagem.

Alexandre nunca desmereceu nem traiu nossa confiança. Muito afável, respeitava muito as pessoas. Ele era assim muito alegre, mas reservado. Não falava por falar. Só quando a conversa valia a pena. Era muito crítico, gozador, como a gente diz hoje. Brincava muito com os irmãos e vivíamos em harmonia. Éramos uma família muito feliz, muito organizada.

Alexandre nasceu no dia cinco de outubro de 1950, aqui em Sorocaba, e desde muito cedo revelou inteligência muito viva, muito aberta a todos os conhecimentos humanos. Interessava-se por tudo e, assim que ele foi alfabetizado, tomado por um gosto enorme pela leitura, não parou mais de ler. Ele tinha sete anos quando leu a coleção de Monteiro Lobato toda. Lia livros sobre animais, sobre botânica, interessava-se por tudo. Era também muito apreciador de música, até de música erudita. Meus pais tinham aquela rádio-vitrola bem grande, ele com três anos se ajei-

tava, punha a cadeirinha bem perto para ouvir... Vivaldi, Bach, Beethoven, Vila Lobos, Albinoni. Também gostava muito de nossa música brasileira, a boa música popular brasileira. Havia época também que se interessou pelo folclore. Ele também colecionou moedas, colecionou selos, fez tudo ao seu tempo certo.

Outro interesse muito grande, que Alexandre revelou muito cedo, foi pela geologia mesmo. Ainda cursava o ginásio e já fazia excursões pelo Morro de Ipanema, que é conhecido aqui perto de Sorocaba. Lá ele coleitava pedras, minérios. Aí já foi se definindo a vocação dele. Era dotado de uma memória extraordinária. Qualquer coisa que via, assimilava; guardava datas e nomes, isto desde pequeno. Devia estar no terceiro ano primário quando a professora, estagiária, achando que ia embasbacar os alunos, perguntou o nome quilométrico, imenso, mas ele respondeu.

Acolhia todas as pessoas, tinha um respeito muito grande; até mesmo por pessoas que na gíria podíamos dizer "cacetes", ele dava muita atenção. Mãe tinha uma empregada muito idosa, que tinha um problema nas pernas, um reumatismo tão forte que ela quase não se movimentava, levava até uma hora e meia para ir até sua casa num caminho muito curto. Isto que estou contando a vocês, nós só soubemos mais tarde, ele nunca contou. Esta empregada, quando soube de sua morte, tomou um táxi e veio nos ver. E foi ela quem nos contou isto. Vive ainda, deve ter aí uns oitenta anos. Era um dia de muita chuva e ela saiu do serviço. O Alexandre então pegou o guarda-chuva e levou uma hora e tanto para chegar até a casa dela. Dando aqueles passinhos... Quando chegaram, ela morava em um corticinho, as vizinhas perguntaram quem era aquele rapaz que estava acompanhando. Mas isso ele não falou, claro. Mas isso assim é uma coisinha que mostra o tipo de pessoa, como ele era com as pessoas. Quando ia embora no fim de semana, descia para dizer até logo para a empregada. Esta chorou tanto quando soube que ele morreu!

Quando minha mãe morreu, uma irmã solteira ficou só, morava sozinha, meu pai já havia morrido, ele então, espontaneamente, partiu para dormir na casa dela, para lhe fazer companhia. E assim uma série de fatos, coisinhas da vida diária. Demonstrava muita sensibilidade, muita bondade. Digo isso não é pelo fato de a gente ser mãe, mas porque agente conhece os filhos que tem, não é verdade? A única dor que ele nos causou foi a sua morte. Nenhuma preocupação mesmo. Sempre achei, para mim, que dos meus seis filhos, Alexandre era diferente. Tinha tanto despojamento. Como eu sou de família muito religiosa — freiras, padrena ocasião um irmão e eu achávamos que o Alexandre tinha tudo para seguir a vocação sacerdotal. Eu não entendia como ele não tinha. Então comentávamos: ele vai ser uma vocação tardia. Sua vocação foi outra. Acho que fez muito mais do que se tivesse seguido a carreira sacerdotal.

Sr. José Leme - Nos feriados em 1972, ele fez um tratamento dentário, na época mais ou menos caro para a gente, foi 1.900 cruzeiros. Assim mesmo paguei o tratamento. Alguns meses depois, ele contou que aquele tratamento não havia sido pago porque emprestara o dinheiro para uns colegas em dificuldades; um deles era casado e não iria devolver o dinheiro logo. Ele achou que estes precisavam mais do que o dentista, que podia esperar.

Dona Egle - Gostava demais de futebol. Jogava quase todos os dias de folga. Aí já revelava um espírito de liderança; quase todas as tardes, pelo telefone, convocava os colegas que também gostavam de bola e pro-

curava conseguir um campinho. Quando não conseguiam o campinho num terreno, se cotizavam para alugar um campo e era ele quem movimentava tudo. Era corintiano; até minha família toda, que era sampaulina, caçoava muito dele. Ultimamente, percebeu que o futebol estava fazendo o papel do circo romano, aquela história to da... pão e circo. Ele se desinteressou completamente. E para jogar não tinha mais tempo. Jogava também pingue-pongue; tem uma mesa que o José mandou fazer. Preferíamos que eles trouxessem os amigos aqui em casa. Nossa casa sempre foi muito aberta aos amigos e companheiros dele. Sempre quando não havia aula, ou após as aulas, eles vinham, jogavam ping-pong e faziam campeonato. Era a sua diversão... E a leitura. Acha mos as gramáticas gregas dele, aquela coleção toda. Com vinte anos, leu de Teillard de Chardin, o "Fenômeno Humano"; eu não li, mas dizem que é o livro mais difícil de Teillard de Chardin; pois ele o leu com vinte anos. Quando teve sarampo — devia ter uns doze anos — na cama pegou uma tira muito grande de papel de embrulho e, em uma coluna pôs os vertebrados e em outra os invertebrados; sua distração era colocar todos os nomes dos animais vertebrados e invertebrados. O livro de Herman Hesse leu no ginásio. Leu a Bíblia inteirinha, inclusive discutia sobre religião. Queria uma religião mais voltada para o homem. Foi por isso mesmo que se voltou para o escritor Teillard de Chardin: por que este jesuíta adota o evolucionismo.

Sr. José - Estudava até altas horas da noite. Quando morava em Sorocaba, às vezes eu acordava às seis horas da manhã e ele ainda não tinha dormido. Eu gostaria que vocês entrevistassem colegas da época ou outras pessoas da família. Se vocês conversassem com cada um deles... vocês vão ver o carinho que eles têm pelo Alexandre.

Dona Egle - Nós sempre sentimos que ele era muito estimado pelos colegas e pelos professores. Sempre procurou auxiliar os colegas naquilo que podia e sabia, sempre dava aula aos colegas, aulas de repetição de matérias para os que estavam mais atrasados, e isto em prejuízo do seu descanso, do seu lazer.

Alexandre era muito bom mesmo, um coração bom. No entanto, ele não foi respeitado.

Sr. José - Agora, ele teve ambiente. Tem dez tios que são professores, de literatura, português, matemática.

Dona Egle - Ele sempre foi muito estimulado nesta parte. Eram livros que traziam para ele. Natal eram sempre livros, bola, jogos e livros educativos. O José incentivava muito, desde pequeno e comprava todos os livros novos que saíam. Os presentes dele eram isso. Um globo, mapa-mundi, jogos instrutivos, ele era só voltado para essas coisas. Esse outro meu filho, por exemplo, já gosta de bailinho. Alexandre, só na adolescência, depois se desinteressou disso. Era voltado inteiramente para a realidade brasileira. A preocupação e a dedicação à causa do povo. Desejava mesmo fazer alguma coisa, foi educado na religião católica. Depois de rapaz, já universitário, uma freira que o conhecia desde pequeno lhe perguntou: "Ah! Alexandre, você continua ainda aquele menino bonzinho que vai à missa?", aquela conversa de freira, "você é católico?" "Católico não, sou cristão" e ela ficou um pouco assim... Eu achei que ele estava certo. Um dia disse: "eu não vou mais à missa" ao que respondeu: eu não vou exigir de você que vá à missa, mas espero que você então procure estudar mais a religião — ele leu a bíblia inteirinha —, aí

depois eu vou aceitar uma decisão sua, aí eu respeito. Ele estava bastante decepcionado com a Igreja instituição, mas ao mesmo tempo já em fins de 1972 estava mesmo muito entusiasmado com alguns membros da Igreja dedicados à causa do povo.

Alexandre passou em primeiro lugar no vestibular para a Faculdade de Geologia da USP, mas só soubemos disso depois de sua morte, por colegas. Perguntei a ele, na época, sobre a classificação e ele respondeu: "em faculdade não se dá importância a essas coisas, o importante é passar". Nunca se incomodou com notas, embora tenha sido sempre o primeiro da turma, tanto no primário, ginasial e no colegial. Começou a faculdade entusiasmado, mas depois, aos poucos foi perdendo o entusiasmo porque não correspondia ao que esperava dela. Na Geologia, era membro do Centro Acadêmico, um dos responsáveis pelo setor cultural do Centro. Nessa ocasião, sentimos o seu entusiasmo muito grande pelos escritores latino-americanos, talvez por abordarem temas muito semelhantes à nossa realidade. Depois, fez parte do Conselho Universitário; isto no último ano em que esteve na faculdade. Foi apelidado de "Minhoca" pelos colegas devido às discussões que haviam na Geologia e ele era o que mais se destacava, sempre empenhado em pesquisar e estudar os temas de discussão. Quando foi morar em São Paulo, vinha a Sorocaba a cada 15 dias e sua presença era uma alegria muito grande para todos nós, pais, irmãos e tios. Os irmãos esperavam-no com ansiedade porque ele dava boa orientação para o estudo deles. Uma das minhas meninas foi preparada por ele para os exames de admissão ao ginásio.

Em São Paulo, no começo, morou na casa dos tios, na Rua Capote Valente. Depois mudou-se para um quarto na Teodoro Sampaio com alguns colegas. Vivia com o dinheiro que recebia daqui, sempre foi um estudante pobre, que vivia com mesada curta. Geralmente só usava calça Lee e quedes.

Sr. José - Quando a sola abria, eu dava dinheiro para comprar um par de sapatos; na semana seguinte, quando retornava de São Paulo, ao invés de sapatos ele tinha comprado livros e colado o quedes com Araldite. E quando eu perguntava: "Alexandre, você tem que comprar um terreno; vamos supor que você seja convidado para uma recepção: aí você não vai poder entrar". Ele dizia: "Se eu não puder entrar da maneira que estou, então não vou".

Dona Egle - Nos últimos meses discutia muito política em casa. Quando diziam que o povo brasileiro era conformista ele refutava. Dizia: "Este povo sem doença e alimentado produziria como os outros. O problema é que o povo não tem condições". Sempre demonstrou um interesse pela política brasileira, interesse que acentuou-se na faculdade. Sempre se preocupava com o problema do momento. Quando houve o problema da Transamazônica, ele se preocupou; quando houve o problema dos índios, se preocupou. Lia sobre o assunto, comentava, estudava. No caso da Transamazônica, achava que aquilo devia ser feito por uma equipe que levasse biólogos, geólogos, engenheiros, ecólogos. Dizia que o problema deveria ser resolvido sempre em equipe e não simplesmente derrubando matas. Preocupava-se com as doenças, que poderiam aparecer em consequência da devastação. Também já previa, por exemplo, a alteração do clima que poderia ser provocada.

Uma de suas principais lutas na faculdade de Geologia foi quando começou a ser introduzido no país o ensino pago — na época do Ministro

da Educação Jarbas Passarinho. Como estudante, esta foi uma das grandes lutas dele. Achava que tudo aquilo que estava fazendo era permitido dentro da situação normal.

Nas férias de 1972, dispensei o quarto onde morava porque ia ficar muito tempo aqui em casa. O Natal daquele ano foi o último que passamos juntos. Nós reunimos todo ano toda a família; foi um Natal alegre. Estávamos de férias e viajamos. Depois ele foi operado, em fins de janeiro, de apendicite aguda e ficou aqui, durante semanas, se restabelecendo. Inclusive ações que mais tarde foram atribuídas a ele, ele não podia ter executado, pois estava aqui convalescendo da operação. Tinha muitos planos para 1973; tinha convite para trabalhar numa companhia de mineração alemã — parece que ia se especializar em pedras preciosas. Estava combinando com a gente fazer uma excursão à "Caverna do Diabo", localizada perto de Registro(SP), onde sempre quise ir.

No mês de fevereiro, houve uma assembleia da CNBB nas proximidades de São Paulo. Depois, alguns bispos foram convidados para um debate aberto no auditório do TUCA. Acho que eram uns 5 bispos. Outros estudantes participaram, dentre eles o Alexandre. Nós achamos que aí o Alexandre começou a ficar marcado. Falou, aparteu, aplaudiu. Isso deve ter sido em fevereiro de 1973... Ele veio para casa depois desse debate, mais tomado; vibrava. Procurou umas tias e conversaram muito, tias religiosas. Ele estava tão feliz com a atuação desses bispos, o engajamento deles, o compromisso, que atirava livros para cima dizendo: "puxatã, agora eu acredito, agora eu acredito." E quando aparecia alguma notícia de denúncia nos jornais dizia: "A Igreja precisa ser muito atuante, porque é a única força que ainda é um pouco respeitada." Ele queria dizer que a Igreja era um pouco respeitada e temida pelo governo. Achava que a Igreja tinha que se comprometer muito mais, atuar muito mais. E não só em relação a preso político, mas com o povo. Já haviam casos de posseiros na época, posseiros de Santa Terezinha lá no Araguaia, aquela história do padre Jentel. E aí achava que a Igreja tinha que assumir o compromisso de denunciar, de não compactuar com todas essas coisas. Foi assim que ele foi embora.

Foi num sábado de carnaval que Alexandre foi para São Paulo. As aulas começaram naquele ano no dia 12 de março... e nós não o vimos mais. Nós o esperávamos, mas não veio. Esperei no domingo; ele vinha todo o domingo para o almoço; não veio. Eu fiquei um pouco preocupada, era franzino e como tinha sido operado, eu estava preocupada. Os parentes em São Paulo estavam viajando, em período de férias. Eu não tinha como saber onde ele estava e em quarto de pensão não há telefone. Durante a semana telefonou algumas vezes para cá, mas nós não estávamos; conversou com uma das minhas irmãs, "Está tudo bem", disse, "sábado que vem eu vou". E foi o sábado que a gente esperava, não veio, não vem, não vem...

No dia 20 de março, lá pelas 10 horas da manhã, nosso filho de 12 anos atendeu um telefonema anônimo, apressado, que dizia que o Alexandre estava preso no DOPS. Então meu marido foi para São Paulo, sozinho, porque eu fiquei com as crianças. Em casa, ficamos sem fazer comentários por causa das crianças, até que soubéssemos alguma coisa de mais concreto. Andou no dia 20, 21, 22, percorrendo DOPS, DEIC, foi até ao Instituto Médico Legal, isto porque os órgãos sempre respondiam: "Não está aqui, procure em tal lugar." Chegou a ir à Operação Bandeir -

rantes, atual DOI-CODI.

Sr. José - O dia 20 foi terça, dia 21, quarta. No dia 22, quinta, deveria ir ao II Exército, segundo orientação do advogado, pois faltava procurar no II Exército. Fui, mas o II Exército estava fechado, não funcionava na quinta. Então vim para Sorocaba, e sexta, quando estava embarcando num Cometa para São Paulo, li na Folha de S. Paulo que ele, acusado de terrorista, tinha sido morto por atropelamento, no dia 17, ao tentar fugir da polícia. Fui direto ao DOPS e depois de seis horas de espera, fui atendido pelo Fleury, que fez questão de frisar que não tinha nada que ver com a morte do Alexandre. Ele disse que o Alexandre havia se suicidado, que foi enterrado como indigente porque não tinha documentos, não tinha carteira de identidade nenhuma. Então perguntei para ele: mas como se prende alguém, investiga alguém e não sabe nome? Tem que saber quem é que prendeu. Como é que a pessoa morre e não entregam o corpo para a família? Porque a pressa de enterrar? Pois estive na Medicina Legal procurando o Alexandre e vi diversos corpos há vários dias em decomposição, fedendo, à espera de identificação. Então, porque a pressa em enterrar o Alexandre? Em seguida eu fui entrevistado por outro delegado do DOPS, Edsel Magnotti, que veio com a história do atropelamento por um caminhão. Havia incoerência nos dois relatos: um falava de suicídio, o outro de atropelamento. Acho que não tiveram nem tempo de combinarem. A gente começou a perceber aí que estava errado. O Magnotti disse que eles conseguiram investigar o Alexandre depois que eu tinha ido lá. Mas os jornais daquele dia já davam o nome, endereço. Evidentemente, que eles sabiam.

Alegaram que o Alexandre foi preso e como interessava a eles pegarem outro elemento, fizeram ele marcar um encontro com o outro elemento. Então, levaram ele para ter contato com o outro indivíduo. Disseram que na hora do encontro ele atravessou depressa a rua Bresser e foi atropelado por um caminhão. No atestado de óbito que eles apresentaram, consta fratura no crânio. Na realidade, não houve fratura no crânio. Ele morreu nas dependências da OBAN, na rua Tutóia, e segundo depoimentos de pessoas nas dependências da OBAN naquela ocasião, ele morreu em consequência de torturas, possivelmente por hemorragia interna, devido à operação.

Dona Egle - Nós podemos provar isto através de depoimentos de cinco testemunhas, que na época estavam também presas na OBAN.

Mesmo antes de termos estas provas nós achávamos que era falso, que não era verdadeira essa versão de atropelamento. Nas prisões feitas em seguida, a polícia diz que elas foram possíveis porque Alexandre deixou esses colegas... que ele entregou todos os outros, que saíram da prisão logo depois. Também sabemos que é falso, porque Alexandre não era menino de dedar ninguém, na escola, no ginásio, com os irmãos, e ele não apontava ninguém e também esses colegas que saíram, as testemunhas, todos foram unânimes em afirmar isso.

Sr. José - Ele jamais seria um terrorista. Ele era um indivíduo de uma sensibilidade tremenda. Uma vez nós estávamos viajando e tinha uma abelha dentro do carro. Ele pediu para parar o carro e soltou a abelha. Como um sujeito desse pode ser um terrorista?

Dona Egle - É a primeira vez depois de cinco anos que a gente está se abrindo. Uma semana após a morte de Alexandre, nós entramos na justiça com um processo para apurar as responsabilidades de sua morte.

A gente sempre confiou na justiça. E agora se a gente está se abrindo é porque não temos mais esperanças de ter solução legal. Confiávamos na justiça legal e normal, mas encontramos todas as portas fechadas e o processo que impetramos na justiça para apurar as responsabilidades pela morte de nosso filho foi arquivado.

Antes, mesmo que a gente quisesse falar alguma coisa, não sairia já mais em jamais em jornais, denúncias, protestos, não saía nada, nada era noticiado. Logo que Alexandre morreu, meu marido foi procurado por pessoas que queriam, em cima da morte do Alexandre, fazer algum movimento, no sentido de ajudar. O José não aceitou. Nós não aceitamos. Nas eleições de 1974, um candidato sorocabano ofereceu-se para ajudar no caso do Alexandre, mas a gente percebeu nitidamente que havia aí o aproveitamento político... família sorocabana, ele sorocabano... talvez quizesse levar o caso de Alexandre como uma bandeira política para ele. Também não aceitamos. O único aspecto político que o caso teve foi por iniciativa do dr. Lysâneas Maciel. Iniciativa dele que nós nem soube mos na ocasião, viemos a saber depois. Ele proferiu aquele discurso no Congresso no dia 2 de abril, depois ele nos mandou a cópia. O nome é: "Um assassinato político". Há poucas semanas, a Folha de S. Paulo deu as matérias que foram censuradas em 1973. No mês de abril de 1973 foi proibida a divulgação do discurso do deputado Lysâneas Maciel: era o discurso sobre a morte de Alexandre.

Então, como estou dizendo, não houve divulgação. Queríamos que se fizesse justiça e que a imagem dele fosse restituída, pois foi difamada, dizendo que ele era terrorista, que ele tinha feito um colosso de ações que não eram verdadeiras, e nós não tínhamos como fazer. De que maneira? O advogado, com todo o processo, não pode... Nós só tínhamos de esperar... fora tudo engavetado e o processo também. Agora, quando foi levantada a censura, a gente começou a ter esperanças. Mas queríamos fazer tudo através do advogado. A última vez que tivemos com o dr. Mário Simas, ele disse que faria tudo, que não nos abandonaria, que não nos abandonaria, que estava sempre conosco. Mas a expressão dele foi..

Sr. José - "As portas estão todas fechadas".

Dona Egle - Mas que nós podíamos nos movimentar, procurar outros meios. Nós perguntamos: que meios por exemplo? A imprensa, ele disse; tudo é válido. Nós não procuramos a imprensa porque a gente sempre pensava: no dia da missa pela morte de Alexandre, na Catedral da Sé, um repórter de um grande jornal de São Paulo disse que os jornais tinham todo o noticiário, sabiam toda a verdade mas não podiam publicar. Agora foi levantada a censura. Porém os jornais silenciam sempre. A maioria nem sequer diz que o nome do DCE da USP é "DCE Livre Alexandre Vannucchi". Eles colocam só "DCE da USP". Nós ficamos ainda esperando, esperando. Pouco tempo antes de março, nós já tínhamos conversado e íamos voltar a falar com o dr. Simas, porque agora tínhamos que resolver esse caso. Afinal de contas, já fazemos cinco anos que ele morreu! Nós temos direito à trasladação do corpo... Mas antes, a identificação e queremos aí ficar tranquilos, trazê-lo para o cemitério daqui de Sorocaba e o nosso caso está encerrado não é verdade? Por que nós achamos que a apuração de responsabilidade, na atual situação, não vai ser possível. Sabemos quem foi o torturador; já é conhecido — o seu nome foi dito até na manifestação dos estudantes do dia 28: major Carlos Alberto Ustra, apelidado de "Dr. Tibiriçá".



Seu Jose

Dona Egle

"UMA DAS FORÇAS QUE MANTÊM A GENTE
É ESPERAR QUE UM DIA A JUSTIÇA SEJA FEITA,
VER O NOME DO NOSSO FILHO REABILITADO,
VER TODA ESSA SITUAÇÃO MELHORAR.
AFINAL, HAVER LIBERDADE, SE RESPIRAR AFINAL. . .
SERÁ UMA FELICIDADE MUITO GRANDE
O DIA EM QUE A GENTE PUDER RESPIRAR A LIBERDADE.
O DIA EM QUE HOVER MUDANÇA TOTAL, RADICAL, DE REGIME
MAS NÃO DE UM REGIME TOTALITÁRIO PARA OUTRO ,
MAS UMA DEMOCRACIA.
NÃO RELATIVA. NÃO RELATIVA. DEMOCRACIA.
ACHO QUE DAÍ VALE A PENA A GENTE VIVER, CONTINUAR LUTANDO.
NÓS TEMOS NOSSOS FILHOS
E QUEREMOS UM MUNDO MELHOR PARA ELES.
ELES TÊM UMA VIDA INTEIRA PELA FRENTE,
ELES MERECEM UM MUNDO MELHOR." (DONA EGLE)

Carta ao Papa

"QUEM VOS ESCREVE É UMA MULHER DO POVO
A QUEM LHE MATARAM O PRIMOGÊNITO"

No dia 20 de abril, menos de um mês após a morte de Alexandre Vannucchi, dona Egle Vannucchi enviou uma carta ao Papa Paulo VI narrando seu drama. A carta chegou até ao Papa através da Comissão Representativa dos Bispos do Estado de São Paulo. Cerca de três meses depois, o Arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, recebia carta do Cardeal Villot, datada de 16 de junho, acusando o recebimento da carta de Dona Egle e pedindo a Dom Evaristo que "faça chegar uma palavra de alento à signatária do escrito, com a implorada e confortadora benção apostólica".

A íntegra da carta de Dona Egle ao Papa Paulo VI é a seguinte:

Sorocaba, sexta-feira santa de 1973

A Vossa Benção.

Ajoelhada aos pés de Vossa Santidade, chorando, abro-lhe meu coração dilacerado de dor. Diante de Vós, representante de Cristo na Terra, uma pobre mãe ousa dizer-vos que sofre hoje como Maria SS., vendo o martírio de seu Filho. Maria, porém, pôde acompanhá-lo até o último alento. Pôde banhar de amor e lágrimas o corpo exangue de seu Divino Filho, que fora preso, julgado, torturado e morto. Enquanto se comemora o 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o 10º aniversário da "Pacem in Terris"; enquanto os Bispos do Brasil acabam de se comprometer publicamente em Assembléia Plenária, a denunciar todos os desrespeitos aos direitos humanos no País; enquanto se fala em "Campanha da Fraternidade", dentro da quaresma, nesses mesmos dias, um jovem universitário, de 22 anos, meu filho Alexandre, todo ideal e doação, foi sumariamente assassinado pelos órgãos de representação do governo, justamente por lutar pela vigência dos Direitos Humanos no Brasil e por se colocar ao lado da Justiça e da Liberdade.

Quem vos escreve é uma mulher do povo a quem lhe mataram o primogênito dos seis filhos, recusando-lhe até mesmo a entrega desse corpo. Tudo me foi tirado: um filho, o consolo de vê-lo após a morte e o direito mais legítimo de o sepultar.

Creio que meu grito de dor já penetrou os céus. Creio que a morte de meu filho tem um sentido que talvez escape a mim, envolta na dor e na saudade.

Creio que ele está ressuscitado, enviando-nos da parte de Cristo, luzes e forças a todos nós que somos a Igreja. A Igreja do século XX — de quem ele esperava tanto e que ainda nos parece temerosa e comprometida, tantas vezes.

Algumas vozes isoladas se levantaram contra essa bárbara injustiça perpetrada contra um jovem indefeso, cujo único crime foi ser bom, ho

nesto, estudioso e ter uma visão clara de nossa dura realidade brasileira. Realidade essa que só o povo conhece na sua jornada diária de trabalho, explorado na fome, na repressão, na tortura e na morte.

Mas, estas vozes que clamaram, logo após silenciaram, frágeis por não se levantaram em uníssono e por ser o governo o grande terrorista, sufocando qualquer voz que surja contra ele.

É por esta razão que me atrevo a vos escrever. Seja a vossa voz a voz de Jesus Cristo, clamando contra o sangue derramado de seus irmãos, sangue que brada por justiça. Que a vossa voz desperte os cristãos acovardados ante a força de repressão, para que não se intimidem com as prisões arbitrarias, com as torturas psíquicas e físicas e com os assassinatos friamente executados.

Seja a voz ouvida na ONU, e chegue até às autoridades desse meu país, autoridades que nós não elegemos democraticamente, mas que assim mesmo ainda acataríamos se de fato se redimissem pelo respeito aos mais sagrados direitos humanos.

Santo Padre, como gente, como cristã, como mãe, a quem roubaram diabolicamente o primogênito, uma só coisa, terminando, uma só coisa desejo e vos peço — aquilo que Vós sempre pedís e desejais:

"Justiça e Paz!". Só isso! Tudo isso!

E que a vossa bênção me seja força para continuar a lutar, a crer e a esperar, juntamente com meu dileto esposo José e os restantes cinco filhos: Maria Regina, Maria Cristina, José Augusto e Beatriz.

Vossa filha,

Egle Maria Vannucchi Leme

Resposta do Papa.



LABORER A D. STATO

N. 257286

16 de Junho de 1973

Senhor Cardeal

Acuso-lhe o recebimento, em data recente, de sua carta datada de 29 de abril findo, juntamente com a qual transcrevia uma missiva-epelo ao Santo Padre, subscrita pelo Senhor Egle Maria Vannucchi Leme.

Foi visto pelo Sumo Pontífice tanto o teor da afirmação de solidariedade com a desaventurada mãe e com todos "aqueles para quem "4 não há consolo", que formulava em nome do Episcopado da "região de São Paulo, como a expressão de compresensível dor da parte da mencionada Senhora.

Teris, sensível à dolorosa situação que lhe foi feita presente, quer que a entidade que faça chegar uma palavra de alento e sigmática do escrito, com a implorada e confortadora Bênção Apostólica.

Com os meus agradecimentos pessoais, pelos cumprimentos e votos que se quis fazer e retribuir, queira, Senhor Cardeal, aceitar a renovada expressão dos sentimentos de estimo ao Cristo, com que se subscreevo

J. Card. Villot

Pa. no GERER

Dom Isidoro Evaristo Arns

Cardenal-Arcebispo de São Paulo

Rua Pio XII, 2º - Cx.P. 916

São Paulo (Capital)

A indignação da Igreja

"EM OBEDIÊNCIA AO IMPERATIVO
EVANGÉLICO DO AMOR À VERDADE E JUSTIÇA
NÃO PODEMOS NÃO FALAR"

COMUNICADO DO CONSELHO DE PRESBÍTEROS DA DIOCESE DE SOROCABA

Reunido extraordinariamente, em Sorocaba, a 26 de março de 1973, o Conselho Diocesano de Presbíteros, sob a presidência do Sr. Bispo Diocesano, Dom José Melhado Campos, decidiu assumir posição clara e pública no tocante à trágica violência sofrida, na semana passada, na Capital Paulista, pelo jovem universitário de 22 anos, ALEXANDRE VANNUCCHI LEME, membro de família residente aqui em Sorocaba, e intimamente ligada a todos nós pelos laços sagrados da fé católica e da amizade de crista.

Eis os tópicos principais de nossas deliberações:

- 1º - Segundo a nota distribuída à imprensa pela polícia de São Paulo, e publicada nos jornais dia 23 p.p., Alexandre Vannucchi Leme, acusado pela mesma de terrorista, teria sido morto por atropelamento, dia 17, ao tentar fugir...
- 2º - Diante disso, cabe perguntarmos: — Por que a família não foi avisada do "Atropelamento"? Por que não lhe foi entregue o corpo do rapaz? Quem dos familiares fez o devido reconhecimento do cadáver, antes de ser sepultado? Por que a família só veio a saber do ocorrido através dos jornais, na sexta-feira, dia 23, sendo que, segundo a nota policial, Alexandre morreria no sábado anterior, dia 17? Documentos de identificação a polícia os tinha, tanto que publicou filiação correta e retrato autêntico de Alexandre. Outra fonte fácil de identificação era a Universidade de São Paulo, pois Alexandre lá cursava o 4º ano de Geologia e com destaque comprovado.
- 3º - Em obediência ao imperativo evangélico do amor à verdade e à justiça, não podemos não falar. Essa violência sem qualificativos, como qualquer outro caso semelhante, merece nossa total repulsa, também em virtude de recente decisão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de denunciar o que neste País vier a ferir os direitos humanos de quem quer que seja.
- 4º - Não nos compete desmentir aqui as acusações assacadas pela Polícia contra o jovem universitário. Deus o sabe e julga. Mas é líquido e certo que, foi eliminado barbaramente quem poderia, num processo legal, explicar-se e defender-se e, se fosse o caso, reconhecer seus atos e responder por eles.
- 5º - Terminando, eis as decisões mais concretas a que chegamos:
 - a) Hipotecar total solidariedade à digna família Vannucchi Leme e demais parentes;

- b) Concelebrar Missa nas intenções de Alexandre Vannucchi Leme quinta-feira, dia 29 deste, às 19 hs. na Sé Catedral de Sorocaba;
- c) Delegar um membro deste Conselho, para participar da reunião que, nestes dias, em São Paulo, O Conselho de Presbíteros da Arquidiocese vai realizar, com a presença do Sr. Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns;
- d) Enviar esta declaração a todos os presbíteros da Diocese, entregando-a também à imprensa local e Paulistana.

Isto é quanto nos julgamos no dever de levar a público.

Sorocaba, 27 de março de 1973

Assinado: Dom José Melhado Campos (Bispo Diocesano), Mons. Antônio P. Misiara, Pe. Hilário Henn, Frei Atílio Abati, Pe. Mauro Vallini, Mons. Antônio Mucciolo e Pe. José Ernani Angelini.

A nota dos estudantes

"A UNIVERSIDADE NÃO PODERIA FICAR OMISSA,
E NÃO FICOU"

COLEGAS:

Alexandre Vannucchi Leme, aluno do quarto ano de Geologia-USP, era conhecido e estimado por todos os seus colegas e professores. Classificado em primeiro lugar no vestibular e em sua turma, se estudasse em nossa escola poderia ser chamado de "bancário". Sendo representante dos alunos na Congregação no ano passado, revelou-se intransigente defensor dos interesses dos seus colegas. Pequeno e franzino, era por isso conhecido por "Minhoca" em todo o "campus", assíduo às aulas, era o "amigo" de todos.

Por tudo isso, seus colegas de escola estranharam o súbito desaparecimento de Alexandre que, faltando às aulas na sexta-feira, dia 16 p.p., continuou ausente por toda a semana seguinte. Procurado em casa, seus familiares também estavam assustados, não sabendo informar de seu paradeiro. A surpresa para todos veio na sexta-feira, dia 23 p.p., quando os principais jornais publicaram nota oficial dos órgãos de segurança, informando que:

1 - Alexandre era um "perigoso terrorista" e fôra preso na sexta-feira, dia 16 p.p.;

2 - no dia seguinte, sábado, dia 17 p.p., "morrera atropelado por um caminhão" ao tentar fugir dos policiais que o conduziam;

3 - seu apelido de "Minhoca" era nome de guerra clandestino;

4 - participara de diversas ações armadas, entre as quais o roubo de mimeógrafos do prédio da Escola Politécnica da USP;

5 - na mesma época da prisão de Alexandre, foram efetuadas outras prisões de colegas nossos da USP: Adriano Diogo (Geologia) e sua esposa Arlete Diogo (Sociologia e Política), Ivone e Concepción (História);

Quanto ao informe acima citado, temos a observar que:

1 - não compreendemos como poderia ser "perigoso terrorista" um estudante de comprovada dedicação escolar, assíduo frequentador às aulas e primeiro aluno de sua turma, principalmente em uma escola de Geologia, cujo curso exige do aluno tempo integral;

2 - a explicação de sua morte como "acidental" causa-nos estranheza por duas razões: o fato só foi divulgado uma semana após ter acontecido; essa divulgação só ocorreu quando se avolumava em toda a Universidade a procura por Alexandre, a ponto de os Centros Acadêmicos indagarem de seu paradeiro aos órgãos de segurança;

3 - as circunstâncias de sua morte tornam-se mais estranhas visto que, contrariando a citada nota, "minhoca" era o apelido carinhoso pelo qual Alexandre era conhecido no campus, não se tratando, em hipótese alguma de nome de guerra clandestino;

4 - a não ser que Alexandre tivesse o "dom parapsicológico" de estar em dois lugares ao mesmo tempo, seria impossível ter participado do roubo de mimeógrafos a que alude a nota, já que estava na ocasião preso ao leito, em virtude de operação de apendicite;

5 - o único esclarecimento que a nota trouxe foi o fato de que os outros colegas, também desaparecidos, encontram-se presos e, para alívio geral, vivos.

Todas essas prisões foram feitas sem obediência aos requisitos legais que, nós, estudantes de Direito, sabemos existirem, pelo menos nos textos da lei. Sabendo ainda que a polícia é responsável pela integridade de todos os que se encontram sob sua custódia, nós, estudantes de Direito, perguntamos: QUE SEGURANÇA PODE TER UM CIDADÃO QUE, SENDO PRESO, PODE ACABAR "ATROPELADO POR UM CAMINHÃO"? Nossa segurança aumenta na medida em que qualquer um de nós, sendo rotulado de "terrorista", pode ser preso, sem direito a "habeas-corpus", a prisão não será comunicada, ficando o indivíduo exposto a arbitrariedades de toda ordem. Nosso temor não é injustificado, pois diariamente os jornais noticiam mais e mais violências e crimes praticados por integrantes dos organismos de segurança.

Neste ano, quando se comemora o 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da qual o Brasil é signatário, mais que nunca é flagrante a contradição entre a palavra da Lei e os fatos diários.

Diante de tudo isso, a Universidade não poderia ficar omissa. E não ficou. Professores e alunos do curso de Geologia recusam-se a reiniciar as atividades escolares até o esclarecimento dos fatos. Constituiu-se nessa escola uma comissão paritária de mestres e alunos para investigar as circunstâncias da morte do colega e demonstrar sua inocência frente aos atos clandestinos que são imputados. Estudantes de outras escolas do campus vêm realizando assembléias para tomada de posição frente aos fatos. Dezoito centros acadêmicos da USP, três da PUC e outros de unidades da USP no interior, reunidos em conselho, declaram-se em luto.

CENTRO ACADÊMICO XI DE AGOSTO, em luto.

1903 - setenta anos de luta - 1973

O TESTEMUNHO DOS PRESOS

" FOI TORTURADO DURANTE TODA A NOITE "

Em 1975, os presos políticos do Presídio Político de São Paulo enviaram um longo e minucioso documento à Ordem dos Advogados do Brasil onde relatam o testemunho pessoal de mortes em consequência de tortura que acompanharam. Relacionaram e relataram 16 mortes de presos políticos que, em sua totalidade, foram presenciados ou acompanhados de perto pelos signatários do documento. Alexandre Vannucchi Leme é o 16º nome da relação:

"Alexandre Vannucchi Leme. Foi preso no dia 16/3/73 pelo 2º Exército - CODI/DOI (OBAN) e levado para a sede da OBAN. Foi torturado durante toda a noite e vários presos que ali se encontravam ouviram seus gritos e as ameaças dos torturadores. Após constatarem sua morte na tarde do dia seguinte, os torturadores evacuaram os xadrezes cuja localização permitiria ver mais facilmente a localização do corpo. No entanto, ainda assim muitos presos políticos puderam ver o cadáver de Alexandre mesmo sendo arrastado e o pátio da carceragem ser limpo do sangue que cobria o chão e marcava o rastro deixado pelo corpo. Depois, numa tentativa de esconder o crime, os torturadores fizeram revistas nas celas daquele órgão, simulando a busca de materiais cortantes e explicando que Alexandre havia se suicidado com uma lâmina de barbear. Dias depois, os torturadores exibiram a esses presos políticos, um jornal que noticia a morte de Alexandre, "atropelado por um caminhão" no bairro do Brás, durante um suposto encontro com companheiros. O torturador Gae-ta ("Mangabeira") disse: "Nós damos a versão que queremos! Nesta joça mandamos nós!" Esses fatos acham-se em processo aforado na 1ª. Auditoria da 2ª. CJM de SP e julgado em 12/3/75. (...)"

(Seguem-se 35 assinaturas)

"UM ASSASSINATO POLITICO"

DISCURSO QUE O ENTÃO DEPUTADO LYSÁNEAS MACIEL
PRONUNCIOU NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM ABRIL DE 1973
E QUE JAMAIS FOI PUBLICADO PELA IMPRENSA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Oposição tem afirmado diversas vezes, perante esta Casa, que a ação governamental tem sido o grande instrumento do incremento e recrudescimento do terrorismo em nosso País. E não falamos em linguagem acadêmica, Sr. Presidente.

Não poderia passar sem registro - e pretendemos fazê-lo todas as vezes em que o fato se repetir - o assassinato do estudante paulista Alexandre Vannucchi Leme. O instrumento usado para o crime dessa vez foi um caminhão. As autoridades não têm tido sequer o cuidado de variar as versões para esse tipo de ação que não podemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deixar de condenar, sob pena de estarmos abdicando do nosso dever de crítica. Diariamente deixamos de denunciar fatos graves que estão acontecendo neste País, com a complacência, a anuência e o silêncio deste Congresso.

Registramos o fato, Sr. Presidente, porque o MDB - a Oposição - tem repellido a violência, que não interessa a ninguém, como o terrorismo também não interessa a ninguém. Todos sabemos que a ponta de lança do terrorismo e da violência é a injustiça. Esses assassinatos são cometidos contra estudantes que não têm mais o direito de pensar, não têm mais o direito de raciocinar ou de divergir; não têm, sequer, o direito de pedir a construção de uma passarela, para que não morram atropelados. Porque isso é considerado subversivo.

Aquele estudante foi morto. É mais um assassinio nessa escala imensa de atos contra a liberdade mínima do direito de pensar neste país.

Gostaria de perguntar, Sr. Presidente, que grupos se beneficiam ou têm fortalecidas suas teses quando alguém é assassinado nas ruas de São Paulo? Que movimentos se revigoram quando são assassinados líderes sindicais e líderes estudantis?

Estas perguntas são feitas porque todos sabemos que o terrorismo que reprime está condicionado ao comportamento do terrorismo que subverte. Quando um estudante é assassinado sem julgamento, quando não são fornecidos à Nação os elementos que porventura o incriminaria, evidentemente que se está forjando uma onda de rebeldia natural, de inconformismo e de manifestação contra esse estado de coisas. Então, perguntamos: Quem está contribuindo para o incremento da subversão neste País? Que forças estão por trás disso tudo que não permitem sequer uma simples manifestação? Ontem se usou da violência contra esse estudante, que teve na sua missa de 7º dia a presença do Cardeal de São Paulo, numa condenação à sua atitude de indagação, coisa natural na idade deste rapaz.

Como pode este Congresso silenciar diante da violação freqüente dos direitos humanos, dos direitos da classe estudantil? É ilusão pensar-se que essa força que esmaga pensamentos pode continuar para sempre. Estamos trabalhando contra a subversão do País, mas todas as vezes que acontece um ato desses, de insanos, de elementos que não têm a mínima condição de chefiar organismos de segurança, a subversão conta com mais

elementos para alimentar-se, o terrorismo conta com mais ingredientes para fortalecer-se.

Nós, da Oposição, não nos vamos calar mais diante desses assassina-
tos. Vamos trazê-los ao conhecimento dos nossos pares desta Casa, que
não deve ter interesse em fortalecer a subversão. A esta altura, Sr. Pre-
sidente, seria muito oportuno que esta Casa tivesse oportunidade de ou-
vir o pronunciamento de S. Eminência, o Cardeal de São Paulo, em que
deplorava pelo menos não se entregasse à família o corpo daquele estu-
dante assassinado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, ao fazer reparo a tão abo-
minável fato, a uma violência a que já estamos, infelizmente, nos acos-
tumando. (MUITO BEM)

A Alexandre Vannucchi

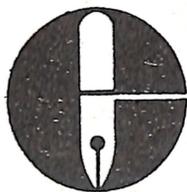
Alexandre Vannucchi não morreu. Está vivo na memória nacional, principalmente na dos estudantes, e nas homenagens que perpetuaram o seu nome. Alexandre Vannucchi Leme é o nome do Diretório Central dos Estudantes da USP; o dia 23 de março, data da sua morte, deu o nome ao Centro de Estudos do INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, também de São Paulo. De todas, as homenagens que mais emocionam são as diversas poesias feitas em sua lembrança, como esta de 1973:

PÓSTUMAS A ALEXANDRE

A tua liberdáde voa:
Cortaram tuas asas.
A vida é um correr:
Quebraram as tuas pernas.
Mãos, umas pedindo;
Outras negando.
As tuas ofereciam.
Os algozes as algemaram.
Corpos que se movimentam.
E agonizam na seleção natural
Do cotidiano.
O teu, fizeram-no adormecer.
Nada disso traz medo.
O teu sangue corre nas veias
de teus muitos irmãos.
ELES NÃO MORRERAM
A VERDADE AINDA SOBREVIVE.



Alexandre Vanucchi



EDIÇÃO S. A. - EDITORA DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS
Sede: São Paulo, Rua Virgílio de Carvalho Pinto, 625 - Pinheiros
Tel.: 210-6622 e 210-6744 - CGC: 47093299/0001-30 - Inscrição Es
tadual: 109.394.572. - CEP 05415 ABRIL DE 1978

Impresso pela DECIGRAF - Rua Amaral Gurgel, 469 - S. Paulo